

HABEAS CORPUS Nº 494.137 - RS (2019/0047001-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MARCIO GABRIEL PEREZ DE OLIVEIRA
ADVOGADO : MÁRCIO GABRIEL PEREZ DE OLIVEIRA - RS097132
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : SANDRO DUARTE DE LIMA (PRESO)

DECISÃO

SANDRO DUARTE DE LIMA alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**, no HC n. 0366528-06.2018.8.21.7000.

Consta dos autos que o paciente foi preso e denunciado pela suposta prática dos delitos de porte ilegal de arma e associação criminosa.

Neste *writ*, a defesa sustenta, em síntese, o excesso de prazo para o término da instrução processual, pois o réu está preso desde 21/5/2017. Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

Indefiro o pedido liminar.

Em relação ao excesso de prazo, firmou-se o entendimento neste Tribunal Superior de que os prazos indicados na legislação processual penal para a conclusão dos atos processuais não são peremptórios, de maneira que eventual demora no término da instrução criminal deve ser aferida dentro dos critérios da razoabilidade, levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto (v.g. **HC 280.250/PA**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, DJe de 26/8/2014).

No caso, em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que a Corte *a quo* não verificou o aludido excesso de prazo, pelos seguintes fundamentos (fls. 410-412):

No dia 21.05.2017, a Magistrada *a quo* homologou o auto de prisão em flagrante, e decretou a prisão preventiva para garantia da ordem pública.

A Defensoria Pública aviou pedidos de liberdade provisória em 01.06.2017 e em 06.02.2018, os quais restaram indeferidos em 07.06.2017 e em 14.02.2018,

respectivamente.

Em 22.06.2017 foi oferecida denúncia, recebida em 12.07.17. Sandro foi citado em 21.08.17, tendo apresentado resposta à acusação em 24.10.2017, mesma oportunidade em que novamente aviou pleito de liberdade provisória, indeferido em 20.11.17. Em 24.04.2018 foi ratificado o recebimento da denúncia.

Em audiência, no dia 27.06.2018, foi analisado pedido de revogação da prisão preventiva do paciente, que restou indeferido. A defesa de Sandro pleiteou a concessão da liberdade provisória em 16.08.2018 e em 05.12.2018. Ambos os pedidos foram indeferidos.

O feito atualmente aguarda realização da audiência de instrução, designada para o dia 08.02.2019.

Tenho que, no caso, o feito segue tramitação que pode ser considerada dentro da normalidade, não restando configurada qualquer hipótese de desídia do Juízo ou do Órgão acusador. Destaco que a defesa contribuiu certa forma para a interrupção da regular tramitação do feito, pois, desde a prisão em flagrante do paciente, ocorrida em 20.05.2017, formulou diversos – oito - pedidos de liberdade, nestes incluídos Habeas corpus nº 70076766153 e 70077998276, o que demanda informações, e, cediço, interrompe o regular andamento do feito, pois determina cargas ao Ministério Público e conclusões para apreciação dos pleitos.

[...]

Por fim, e por não menos importante, acrescento que a alegação de excesso de prazo, por si só, não se revela suficiente para a concessão de liberdade, especialmente quando demonstrada a periculosidade do agente, que, in casu , registra quatro condenações com trânsito em julgado pela prática de crimes de tentativa de roubo majorado (processos nº 001/2.11.0009597-5, 001/2.11.0077722-7 e 001/2.13.0071416-4) e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (processo nº 001.2.12.0016679-3).

Tais informações afastam, *primo oculi*, a plausibilidade do direito alegado, haja vista que não identifico demora desproporcional na análise do feito.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade coatora e ao Juízo de

primeiro grau, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado neste *writ*.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

